



Da legislação às práticas de sala de aula: algumas reflexões

David Christian de Oliveira Pereira¹

¹Formado em Letras (Português/Literatura Brasileira), pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Campus Maceió. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Pesquisador associado à ALAB - Associação de Linguística Aplicada do Brasil. Concentra seus estudos no ensino-aprendizagem de língua portuguesa, na perspectiva da LA. Possui artigos publicados em eventos acadêmicos a níveis nacional e internacional. É membro do grupo de pesquisa Múltiplos Olhares Sobre a Linguagem – MOLI (IFAL/Maceió). prof.davidoliveira4@gmail.com.

Página | 256

RESUMO: Há no discurso educacional uma visível incongruência entre o que é dito/orientado e o que é constatado no tratamento do ensino-aprendizagem em sala de aula. Inserido na área Educação e Ensino, este artigo objetiva discutir a problemática apontada, levando em consideração um olhar qualitativo que apresentará, a partir de análises teórico-bibliográficas, um breve levantamento sobre as atuais práticas de ensino-aprendizagem e leis que regulamentam a prática dos professores de Língua Portuguesa (PCN (1997); PCNEM (2000); DCNEM (2013)), área escolhida para este momento. Como vozes de sustentação desta reflexão estão, por exemplo, Antunes (2003; 2014), Neves (1993), Pereira (2013; 2015), Silva e Neto (2013). A percepção de que não há um diálogo com os documentos que regulamentam o ensino de LP por parte dos profissionais da língua é muito esclarecedora, e justifica por que tem havido uma fragmentação no tocante ao trabalho com a leitura, a produção de textos e a reflexão gramatical e, ainda mais, por que os alunos, de sua parte, também experimentam situações de sala de aula em que visões conceituais e metodológicas diferentes entram em conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Ensino-aprendizagem, Ensino Médio.

ABSTRACT: There is in educational discourse a visible incongruity between what is said/oriented and what is perceived in the form of teaching and learning in classroom. Immersed in the Education and Teaching field, this article aims at discussing the problems referred above, taking into account a qualitative view that presents, from theoretical and bibliographical analysis, a brief survey of the current teaching and learning practices and laws regulating the practice of Portuguese Language (PL) teachers (PCN, 1997; PCNEM, 2000; DCNEM, 2013), as chosen area for this discussion. The supporting voices brought for this reflection are Antunes (2003; 2014), Neves (1993), Pereira (2013; 2015), Silva and Neto (2013). the realization that there is no convergence between the documents that regulate the PL teaching by language professionals is very enlightening, and it is justified for there has been a fragmentation regarding the work with reading, text production and the grammatical reflection and, even more, because the students, in turn, also experience classroom situations where different conceptual and methodological visions come into conflict.

KEYWORD: Education, Teaching and learning, High School.

INTRODUÇÃO

A temática *ensino-aprendizagem* tem sido, nos últimos anos, a grande preocupação dos mais diversificados tipos de pesquisadores, sobretudo daqueles inseridos no contexto educacional. Criticar e propor métodos para tentar sanar ou reduzir deficiências na aprendizagem nunca foi tão notado, sobretudo em discussões/produções acadêmicas como têm sido atualmente.

Página | 257

Sendo assim, objetivar-se-á com este artigo, a partir de discussões e revisitações teóricas, apresentar o atual cenário, mesmo que breve, do ensino-aprendizagem - em algumas escolas de Ensino Médio Brasileiras - da Língua Portuguesa (LP), e discutir as implicações pedagógicas advindas desse processo, correlacionando-as a documentos oficiais que regulamentam o ensino; examinar que concepções de língua, linguagem e gramática são apresentadas nas pesquisas verificadas e contrapor o dito e o não realizável em algumas práticas de ensino.

No decorrer da história, criou-se a ideia de que o ensino-aprendizagem da língua materna¹ equivale a estudar a sua gramática, com ênfase nas regras e exceções, classificações e análises meramente formais das estruturas da língua. Visualiza-se que o ensino da gramática tem sido, em sua maioria, totalmente descritivo-prescritivo, apegando-se ao ensino de regras e exceções, com aplicação de exercícios estruturais que visam a “contribuir” para o aprendizado correto do emprego das palavras em situações frasais.

No que tange ao ensino de LM no Ensino Médio (EM) constata-se que esta etapa formativa tem sido pouco pesquisada, o que acaba por gerar insuficientes contribuições teóricas que sirvam de referência para pesquisas em educação.

[...] compreender que a gramática do português brasileiro é composta por prescrições e normatividades, é entender que não temos espaço para a interação e a aprendizagem significativa nas aulas de LP, ignorando, pois, o incentivo à escrita e à leitura, que compreenderia a função social a ser proporcionada aos indivíduos por esta disciplina (PEREIRA, p.27, 2013).

Em “Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de 1º e 2º graus”, Neves (1993, p.97), ao procurar discutir sobre o tratamento dado ao estudo da gramática, afirma que os professores necessitam ter conhecimentos linguísticos para “equacionar o

¹Utilizar-se-á neste trabalho Língua Materna (LM) ou Língua Portuguesa sempre que necessário para referência à língua falada e/ou escrita no Brasil.

tratamento que dará ao ensino da gramática” e que a reflexão acerca da língua, no ensino médio, deve partir da observação direta da língua em seu funcionamento.

Outro estudo, realizado a partir da observação de oito escolas (sendo 4 públicas e 4 privadas) de uma cidade do Estado da Paraíba, mostrou que o fracasso concernente à aprendizagem da gramática se deu, sobretudo, à formação insuficiente do professor para a adesão de uma prática atualizada, ainda mais se o profissional estiver inserido na área há muito tempo. É necessário o incentivo à formação continuada, sendo esta uma condição indispensável para a reformulação do objeto de ensino (REINALDO, 2008).

Em “A língua portuguesa no ensino médio: conteúdos de ensino e o desenvolvimento da aula”, evidencia-se que

O problema do ensino-aprendizagem da gramática não se restringe (ou se deve) ao fato de ser transformada em conteúdo conceitual apenas, mas ao fato de, no processo, ela não ser pensada em sua relação com a vida dos professores e alunos e, mais particularmente, com seus papéis na escola (SILVA e NETO, p.311).

Informam, ainda, que é necessária uma promoção de uma análise dos componentes gramaticais na produção dos textos e sentidos, proporcionando uma melhor reflexão sobre a língua.

Ohuschi e Amorim (2011), ao diagnosticar as concepções de linguagem e de gramática numa turma de terceira série/ano do ensino médio de uma escola pública estadual do município de Santa Izabel do Pará (PA), a partir da aplicação de questionários aos alunos e professor, afirmaram que a docente daquela turma apresentava em seu aporte teórico e prática de sala de aula uma interface entre as abordagens dos ensinamentos tradicional e interacional, mesmo que inconscientemente. Já os discentes, informaram que durante as aulas são usadas “apenas as concepções de linguagem como expressão de pensamento e como instrumento de comunicação, além da concepção de gramática normativa” (p.143).

Pereira (2015), em sua pesquisa *O ensino-aprendizagem de gramática sob a ótica de uma turma de alunos do ensino médio*, ao analisar os estudantes através de práticas de sala de aula e aplicação de questionários, concluiu que aqueles reconheceram a importância da gramática da língua, como meio de estabelecer regras e exceções que partem de um interesse de estudo individual e expositivo, haja vista que a metodologia utilizada pelo professor pode, ou não, ser fator de desestímulo também.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Situada no âmbito da Educação e Ensino, esta produção constitui uma discussão teórico-analítica, de caráter qualitativo (LÜDKE e ANDRÉ, 2012). Como recursos metodológicos, foram utilizadas revisões bibliográficas.

Esta discussão está organizada em três momentos: no primeiro, refletir-se-á acerca dos principais documentos que orientam e regulamentam o ensino de LP nas escolas, num segundo, apontar-se-ão diferentes resultados de pesquisas que levam em questão o objeto já apresentado e delimitado no início da apresentação e, por fim, far-se-á uma breve reflexão das diversificadas realidades encontradas no trato com o ensino, neste caso, o de Língua Materna, em algumas das escolas do Brasil.

PCN, PCNEM E DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

Faz-se necessário entender o que a legislação prevê para o ensino de língua portuguesa no Ensino Médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, referência elementar para a elaboração das conhecidas “matrizes de referência”, foram criados para propor reformas nos currículos brasileiros e “orientar os professores na busca por novas abordagens” metodológicas, conforme notamos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação [...] em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p.13)

Com vista a propor sempre um novo perfil curricular, contextualizado, valendo-se de competências básicas em cada etapa da formação básica escolar dos cidadãos, os PCN oportunizam e orientam docentes para o trabalho contextualizado, interdisciplinar e multidisciplinar, “incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender” em sociedade.

No que se refere ao ensino de língua portuguesa, os Parâmetros apontam alguns caminhos, tais como compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, que cria significados e integra a organização do mundo e identidade nacional; considerarmos a LP como caminho para os acordos e ações sociais, com representação simbólica de

experiências humanas, através do “pensar, agir e sentir” na vida social; analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com contextos, a partir da função, organização e natureza das condições de entender a mensagem e produzir os mais variados gêneros.

Esse documento ressalta também que é de fundamental importância sabermos produzir textos nos mais variados gêneros, sejam eles orais ou escritos. Por isso mesmo, o ensino dessa disciplina deve ser uma resposta à

[...] necessidade de os cidadãos desenvolverem suas capacidades de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atuação construtiva e transformadora. O domínio do diálogo na explicitação, discussão, contraposição e argumentação de ideias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitude de autoconfiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro. A aprendizagem precisa então estar inserida em ações reais de intervenção, a começar pelo âmbito da própria escola (BRASIL, 1997, p.37).

Direcionando o foco para a organização do currículo no Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM (2000), documento surgido a partir das constatações sobre as “mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral”, orientam a busca por uma formação geral, em detrimento de uma específica, fornecendo meios de desenvolver inúmeras atividades como a capacidade de pesquisar, analisar e selecionar informações, aprender, criar e formular ideias, conceitos, ao invés de um simples exercício de memorização de regras, muito evidente em nossas escolas.

Tendo como ponto de partida essa afirmação, é essencial que ao se pensar um novo currículo para o EM, coloque-se

[...] em presença dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade. (BRASIL, 2000, p.6)

Sendo assim, a língua, situada entre os mais diversos tipos de relações humanas, não pode – ou pelo menos não deveria –, ser separada do contexto social vivenciado pelo alunado, já que ela faz parte da natureza dos sujeitos. Contudo esta não é visão estabelecida por muitos professores e instituições de ensino ainda hoje, sobretudo no trato com a disciplina em nossa língua materna.

Nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais² (BRASIL, 2000, p. 60), a gramática, entendida como “um conjunto de regras que sustentam o sistema de qualquer língua” é apresentada como fator indispensável para o trabalho com a fala e a escrita, considerando a situação de produção do discurso, fornecidos pelo conhecimento de ordem morfológico-sintático-semântica (a gramática de um ponto de vista funcional).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio³ esclarecem que, mesmo após tantos esforços e redirecionamentos, considerando o tratamento dado ao trabalho didático pedagógico com as possibilidades de organização do EM, ainda

[...] tem-se a percepção que tal discussão, acima exposta, não chegou às escolas, mantendo-se atenção extrema ao tratamento de conteúdos sem articulação com o contexto do estudante e com os demais componentes das áreas de conhecimento e sem aproximar-se das finalidades propostas para a etapa de ensino, constantes na LDB⁴. (BRASIL, 2013, p. 156)

Assim como os PCN e PCNEM, as Diretrizes defendem a ideia de que as propostas pedagógicas devem ser orientadas por competências básicas, conteúdos e métodos previstos pelas finalidades desta etapa formativa, seguindo os princípios identitários, autônomos, interdisciplinares, da diversidade e contextualização.

O ENSINO DE LP NAS ESCOLAS: DIFERENTES REALIDADES

É sabido que para se iniciar o trabalho com a língua materna, deve-se levar em consideração os eixos de ensino que ela dispõe: a leitura, produção de textos (orais e escritos) e os conhecimentos linguísticos. Contudo, diversos estudiosos têm constatado que nas últimas décadas o ensino de LP tem sido, na grande maioria dos casos, focado simplesmente numa abordagem metalinguística.

Ou seja, acostuma-se desde cedo a ver nas salas de aulas, questões do tipo: o que é o substantivo? E a turma em coro responde: “é a palavra que dá nome aos seres, flexiona-se em gênero, número e grau”. Observa-se com isso que o ensino com enfoque gramatical tem um fim em si mesmo, com ênfase na aprendizagem de nomenclaturas,

² PCN+, Ensino Médio.

³ Surgidas após a definição, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), das finalidades do Ensino Médio: preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania.

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 nos informa que a LP deve ser vista e percebida nas escolas como um instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

treinos e avaliações por meio de exercícios estruturais com frases descontextualizadas etc.

A gramática vista nas escolas era – e ainda é em algumas instituições - aplicada a partir de dois objetivos: decorar nomenclaturas (sujeito, predicado, verbo, substantivo, dentre tantas outras) e falar bem. Sobre esta afirmação, Perini (2003) nos diz que

A imagem popular da gramática realmente não dá espaço para se falar em pesquisa. A gramática, segundo o que nos ensinaram na escola, é composta de duas seções, cada qual mais repelente: na primeira seção aprendemos (ou, mais precisamente, não aprendemos) uma nomenclatura complicada e confusa, uma selva de sujeitos, adjuntos, advérbios, orações subordinadas reduzidas ou não, coordenações sindéticas e assindéticas, enfim, um palavrório que parece inventado de propósito para esconder a falta de conteúdo da disciplina; e na segunda seção somos submetidos a uma série de ordens e recomendações do tipo “nunca diga nem escreva isto, porque o certo é aquilo” (p.77).

Segundo Travaglia, o ensino de gramática nas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa. “[...] tais regras e exemplos são repetidos anos a fio como formas “corretas” e “boas” a serem imitadas na expressão do pensamento” (2009, p.101).

Percebe-se há bastante tempo que não existe “encontro e interação”⁵ em nossas aulas de português. A abordagem feita pelos profissionais da linguagem em sala de aula é tradicionalmente e em boa parte dos casos meramente gramatical, e utiliza o texto como pretexto. Consoante Antunes,

[...] se o professor pretende ensinar sobre “pronome”, por exemplo, começa por selecionar as definições e classificações desta classe de palavras e, depois, escolhe um texto em que apareçam pronomes, *para nele* identificar suas várias ocorrências e classificá-las conforme a nomenclatura gramatical. O texto serve, portanto, apenas para ilustrar uma noção gramatical e não chega assim a ser o objeto de estudo (2003, p. 109).

A partir da observação feita pela autora, pode-se considerar que o texto, neste caso, entra como guia, mas de forma torta, numa abordagem falseada, já que ele é pretexto para o enfoque na gramática. Waal (2009, p. 984) sustenta a ideia de que:

[...] há uma fragmentação no ensino onde as aulas de gramática não se relacionam com as aulas de leitura e produção textual. [...] a linguagem é considerada objeto de estudo, porém não enquanto prática social o que proporcionará a análise e compreensão. [...] Os gêneros discursivos são ignorados, trabalhando-se apenas com a norma culta, desconsiderando o funcionamento e a interação verbal de tais discursos construídos pelos sujeitos.

⁵ Expressão retirada do título da obra “Aula de Português: encontro e interação”, de Antunes (2009).

Como se vê, mesmo com a chegada do texto na escola ainda se perdura uma prática pedagógica que não prioriza a gramática da contextualização, defendida por Antunes como “a gramática dos usos”:

E o texto foi proposto como objeto de ensino da sala de aula, surpreendendo quem estava habituado a apenas escrever e analisar palavras e frases soltas, na suposição de que estava preenchendo, plenamente, as condições de desenvolvimento das múltiplas capacidades de uso da linguagem. (2014, p.41)

As atuais reflexões sobre língua, texto e, sobretudo, ensino, apontam para uma forte resistência ao se propor uma nova forma de ensino da gramática da LP. Uma fala muito corrente por parte dos professores ditos “tradicionalistas”, é que os seus pares, que optam pelo ensino da língua através dos textos/gêneros, fazem isso porque não dominam a gramática da língua. Em outras palavras: não sabem gramática.

Nas aulas de LP e em alguns livros didáticos desta área, as reflexões sobre a língua aparecem agora com uma nova roupagem, batizada de “gramática aplicada”, expressão que tem como princípio básico a abordagem da gramática a partir dos textos.

Se os professores mudaram e não responderam às exigências dessa prática de ensino gramatical, surgem os livros didáticos (com textos, lições de gramática e exercícios) para suprirem as lacunas de conhecimento desses professores. Agora, sobretudo a partir da década de 1970, não é mais dada a eles a responsabilidade de prepararem suas aulas e exercícios, como antigamente. Isso compete ao autor do livro didático. (BEZERRA, 2012, p. 45)

A conduta tradicionalista de ensino adotada por muitos de nossos professores de língua portuguesa pode vir a ser um dos principais motivos de distanciamento entre aluno e professor e, conseqüentemente, da disciplina, sobretudo quando esta se resume ao trabalho metalinguístico, anti-interacional, como bem postula, em *O Texto em Sala de Aula*:

O mais caótico da atual situação de ensino da Língua Portuguesa em escolas consiste no ensino, para os alunos que nem sequer dominam a variedade culta, de uma metalinguagem de análise dessa variedade com exercícios contínuos de descrição gramatical, estudo de regras e hipóteses de análises de problemas que mesmo especialistas não estão seguros de como resolver. (Geraldí, 2002, p.45)

Nessa perspectiva, cabe salientar que, ao invés de uma aula meramente focada em regras e classificações gramaticais, caberia ao professor proporcionar aos seus alunos o uso da fala, da leitura, da escuta e escrita de textos em língua portuguesa nos mais

variados gêneros, direcionando-os para a produção de textos e incentivando a releitura e reescrita, a fim de propor ao leitor uma boa compreensão daquilo que foi exposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso que entendamos que entre a proposta legal e a prática há, ainda, um vasto caminho a ser percorrido, o qual envolverá, inclusive, a reconfiguração do que entendemos, tradicionalmente, por ensino de língua. É fato que o imaginário tanto de professores quanto de alunos ainda é marcado pela longa tradição de ensino-aprendizagem do português baseada no mero estudo de regras e exceções da gramática normativa.

É no campo de embates teóricos e de práticas educativas conflitantes que se encontram os alunos, que também trazem para a sala de aula suas próprias concepções do que é ensinar e aprender, do que compreende o ensino da língua portuguesa e o qual a natureza do estudo da gramática nesse contexto. É “natural” que, por vezes, a visão que eles carregam consigo entrem também em conflito com as práticas do professor ou as propostas do livro didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de que não há um diálogo com os documentos que regulamentam o ensino de LP por parte dos profissionais da língua é muito esclarecedora, e justifica por que tem havido uma fragmentação no tocante ao trabalho com a leitura, a produção de textos e a reflexão gramatical e, ainda mais, por que os alunos, de sua parte, também experimentam situações de sala de aula em que visões conceituais e metodológicas diferentes entram em conflito.

Alia-se a isso o fato de que boa parte dos alunos não gosta da disciplina Língua Portuguesa porque ela, na maioria das vezes, se restringe ao ensino engessado da gramática “tradicional”. Defende-se aqui a ideia de que a gramática deve ser estudada, sim, mas como apoio dos textos, ajudando a desempenhar a construção de sentidos.

Dessa maneira, é discordante a dicotomia que se criou ao longo dos anos sobre “o ensinar ou não gramática”, já que a gramática possui a sua funcionalidade, conforme observamos. O que se critica é forma de ensino que ainda vem sendo empregada na

maioria das escolas, vista como uma prática engessada e antirreflexiva, conforme constatado.

O que professores e alunos realizam nas salas de aula não está dissociado da história que lhes antecede. Pelo contrário, as tradições de aprender e de ensinar fazem-se presentes no imaginário desses sujeitos – e interferem no modo como eles lidam com esses processos em seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
2. ANTUINES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.
3. ANTUINES, Irandé. *Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”*. São Paulo: Parábola, 2014.
4. BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos histórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva [et al]. *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2012.
5. BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
6. BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
7. BRASIL. *PCN+ Ensino Médio: orientações complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação: Brasília, 2000.
8. BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2013.
9. GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
10. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 2012.
11. NEVES, Maria Helena de Moura. Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas de 1º e 2º graus. *Revista Alfa*. v.37, p. 91-98, 1993. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3936/3614>>. Acesso em: 21, jan., 2014.

12. OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; AMORIM, Maria do Socorro Sousa de. Diagnóstico das concepções de linguagens e de gramática nas aulas de língua portuguesa. *Revista Virtual de Letras*, v.3, n.1, p. 1-21, 2011. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/79.pdf>>. Acesso em: 15, jun., 2015.
13. PEREIRA, David Christian de Oliveira. O ensino de língua portuguesa com enfoque nos gêneros textuais: “assumindo a dimensão interacional da língua”. In: II Encontro Nacional e I Nacional de Linguística e Literatura. 1., 2013, Garanhuns. *Anais...* Garanhuns: Ed. Jairo Nogueira Luna, p. 236-244, 2013.
14. PEREIRA, David Christian de Oliveira. *O ensino-aprendizagem de gramática sob a ótica de uma turma de alunos do ensino-médio*. Maceió: IFAL, 2015.
15. PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003.
16. REINALDO, Maria Augusta Gonçalves de Macedo. Tarefas relativas a conhecimentos linguísticos no ensino médio: o que se prescreve e o que se faz. *Acta Scientiarum Language and Culture*, v.30, n.2, p.159-168, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426640004>>. Acesso em: 21, mar., 2015.
17. SILVA, Célia Maria Medeiros Barbosa da; NETO, João Gomes da Silva. A Língua portuguesa no ensino médio: conteúdos de ensino e o desenvolvimento da aula. *Alfa*, v.57, n.1, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4645/4550>>. Acesso em: 21, jan., 2014.
18. WALL, Daiane Van Der. *Gramática e o Ensino de Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere2009/anais/pdf/2003_1006.pdf>. Acesso em: 23 mar., 2013.
19. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009.